

A FASE OBRERISTA DO PCB (1929-1934):

uma análise da expulsão dos intelectuais do partido

Danilo Martins Brandelli¹

Aldo Duran Gil²

RESUMO:

O presente trabalho pretende analisar um período pouco estudado da história política brasileira, trata-se do período obreiro do PCB (1929-1934), o qual consiste na substituição dos intelectuais pelos operários na direção do Partido. Essa política, aliás, se estendeu por outros partidos comunistas do mundo, o chamado processo de proletarianização, com o claro intuito de maior aproximação das massas e dos sindicatos da época. No Brasil seus efeitos recaíram sobre Octavio Brandão e Astrogildo Pereira os quais eram tidos como intelectuais do PCB.

Palavras-chave: Obreiro – PCB – Intelectuais – Classe Média.

ABSTRACT:

The present work intends to analyze a little studied period of the historical Brazilian politics, it is the period obreiro of PCB (1929-1934), which consists of the substitution of the central committee as a result of the workers. This policy, moreover, was extended by other communist parties in the world, called the process of proletarianization with the clear intention of bringing closer the masses and the unions of the time. In Brazil its effects fell on Octavio Brandão and Astrogildo Pereira who were considered as intellectuals of the PCB.

Palavras-chave: Obreiro – PCB – Intellectuals – Middle Class.

RESUMEN:

El presente trabajo pretende analizar un período poco estudiado de la historia política brasileña, se trata del período obreiro del PCB (1929-1934), el cual consiste en la sustitución del comité central en consecuencia de los obreros. Esta política, por otra parte, se extendió por otros partidos comunistas del mundo, llamado del proceso de proletarianización con la clara intuición de mayor acercamiento de las masas y de los sindicatos de la época. En Brasil sus efectos recayeron sobre Octavio Brandão y Astrogildo Pereira los cuales eran tenidos como intelectuales del PCB.

Palabras clave: Obreiro – PCB – Intelectuales – Clase media.

¹ Estudante de Pós-graduação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCS/UFU), danilobrandelli@yahoo.com.br;

² Professor adjunto de Sociologia Política do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Doutor em Ciência Política, adurang@yahoo.com;

INTRODUÇÃO

O período obreirista (1929-1934) é a fase menos estudada pela longa bibliografia sociológica acerca das análises históricas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Encontra-se poucos estudos e artigos a respeito, quando muito, algumas notas em livros sem dar muita relevância para esse período.

Essa fase foi constituída pela exclusão da primeira geração de formação do PCB, com o intuito de substituição dos intelectuais por operários. Política que o Partido seguiu e que veio de fora, especificamente do secretariado sul americano. Nomes relevantes da formação do partido bem como do marxismo no Brasil, como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, foram expulsos.

Os estudos são poucos, Del Roio (2004) e Álvaro Bianchi (2015) oferecem alguns dados sobre o período. O primeiro trata o assunto de forma indireta, pois seu objeto de análise é a figura de Octávio Brandão. O segundo autor analisa o período específico, porém, trata-se de um texto curto de um blog que não tem o intuito de oferecer a profundidade que o tema necessitaria: por se tratar da expulsão de figuras relevantes da política brasileira, por ser acatada uma política do exterior para o partido e pelo retorno, logo após a expulsão dos referidos intelectuais, de Luís C. Prestes.

Esses são alguns dos pontos mais relevantes que procuramos responder neste artigo, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Assim, o objetivo do presente trabalho é evidenciar a luta de classes no interior do movimento comunista inserido na história particular do PCB e, mais especificamente, analisar como se deu tal luta no interior do Partido na chamada fase obreirista (1929-1934). Fez-se uso neste trabalho de uma pesquisa bibliográfica e histórica sobre o fortalecimento da classe média no Brasil e seu papel no início do movimento comunista brasileiro nas décadas de 1920-1930.

Esse trabalho aborda o conceito de pequena-burguesia formulado por Poulantzas (1978), e o conceito de classe média de Saes (1981). Ambos partem da premissa marxista da ocorrência de frações de classes nas sociedades divididas em classes, cuja análise principal aqui situada será o início do capitalismo no Brasil. A classe média, como é conhecida atualmente, estava ainda se desenvolvendo, diferenciando-se da pequena-burguesia tradicional de comerciantes, com o assalariamento dos profissionais liberais e o desenvolvimento da chamada nova

pequena-burguesia em funções de trabalhos improdutivos, tais como, jornalistas, farmacêuticos, bancários e etc³.

Essas frações historicamente se alinham ora com a burguesia, ora com a classe operária, não havendo necessariamente um posicionamento político definido. A não ser em último caso, quando assumem uma tendência à aliança com a burguesia, tese essa defendida por Marx (1998), Poulantzas (1978) e Saes (1981).

1.1. AS CLASSES MÉDIAS E A PEQUENA-BURGUESIA EM MARX E ENGELS

Marx (1983) em *O Capital - Capítulo LII – As Classes*, oferece uma síntese do que seria uma classe social. Necessariamente seria a resposta à pergunta: o que faz dos grupos uma classe? Os assalariados, por exemplo, vivem do salário, os capitalistas vivem do lucro e os proprietários de terra vivem da renda fundiária. O primeiro utiliza como fonte de renda a sua força de trabalho, o segundo seu capital e o terceiro a propriedade fundiária (MARX, 1983, p. 317-318).

Dessa forma, o que constitui esses três grandes grupos em classes para Marx (1983), é respectivamente a identidade das rendas e das fontes de rendas na qual a divisão do trabalho separa esses grupos em classes, ou seja, o local das classes na reprodução do capitalismo. No entanto, o que consistiria a classe média para Marx? No mesmo capítulo o autor demonstra que esse não é o seu intuito principal:

Sem dúvida, a estrutura econômica da sociedade moderna desenvolveu-se mais ampla e classicamente na Inglaterra. Não obstante, mesmo nesse país não se patenteia pura essa divisão em classes. Também lá, as **camadas médias e intermediárias** obscurecem por toda parte as linhas divisórias (embora muito menos nas zonas rurais e urbanas). Esse fato, contudo, **não tem importância** para nossa análise. Vimos ser tendência constante e lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e concentrar em constelações cada vez maiores os meios de produção dispersos, ou seja, converter o trabalho assalariado e os meios de produção (MARX, 1983, p. 317-318; grifos nossos).

Portanto, Marx (1983) não está preocupado em categorizar as *camadas médias*⁴, antes está preocupado em responder as questões intrínsecas do capitalismo, por exemplo, como o operário se transforma em implemento – força de trabalho. No entanto, no final do capítulo citado acima, Marx procura dar uma definição

³ Os trabalhos improdutivos também sofrem com a precarização do trabalho no capitalismo, haja vista, os trabalhos contemporâneos do *telemarketing*. Cf.: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Infoproletários: degradação do *trabalho* virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁴ Cf. O termo camadas médias é utilizado por MARX, K. *O Capital* – livro III, p.318.

sucinta das *camadas médias* na mesma linha dos locais ocupados pelas classes na divisão do trabalho: “[...] os médicos e os funcionários públicos, por exemplo, constituiriam também duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais distintos, e as rendas dos membros de cada um deles fluem da mesma fonte” (MARX, 1983, p. 317-318).

Sendo assim, o que definiria a classe média⁵ seria a renda e as fontes de renda. Grosso modo, tudo levaria a crer que o médico e os funcionários públicos são operários, pois vivem respectivamente do salário e utilizam a sua força de trabalho para sobreviver.

Desde a implantação da grande indústria, isto é, desde a paz europeia de 1815 pelo menos, já não era segredo para ninguém, na Inglaterra, que a luta política girava em torno das pretensões de domínio de duas classes: a aristocracia latifundiária (*landed aristocracy*) e a burguesia (*middle class*). Na França, o mesmo fato tornou-se evidente com a volta dos Bourbons; os historiadores do período da Restauração, de Thierry a Guisot, Mignet e Thiers, o proclamam constantemente como o fato que dá a chave para se compreender a história da França, desde a Idade Média. E desde 1830 em ambos os países se reconhece, como terceiro combatente, na luta pelo poder, a classe operária, o proletariado. As condições tinham se simplificado a tal ponto, que seria necessário fechar deliberadamente os olhos para não ver na luta dessas três grandes classes e no choque de seus interesses a força motriz da história moderna, pelo menos nos dois países avançados (MARX & ENGELS, 2006, p.130).

O termo *middle class* utilizado por Marx e Engels nos diz muita coisa. A classe média da época, aristocrática, era a burguesia e apareceu no âmbito da sociedade como uma “classe” no embate político com a aristocracia latifundiária. Isso apenas foi possível pelo aspecto econômico, pois a forma de produção não condizia com o desenvolvimento econômico:

No entanto, da mesma forma que a manufatura ao atingir uma determinada fase do desenvolvimento se chocou com o regime de produção feudal, hoje a grande indústria já se choca com o regime burguês de produção, que veio substituir o primeiro” (MARX & ENGELS, 2006, p.131).

Já sobre a pequena-burguesia, Marx (1996) na obra *As estruturas de classes na Alemanha* reconhece sua importância política em quaisquer entidades e revoluções modernas. A posição intermediária dessa classe entre a burguesia e os

5 As classes médias analisadas por Marx no século XIX servem para elucidar nosso campo teórico marxista, no entanto, há outros condicionantes para a classe média e principalmente os intelectuais das décadas de 1920-1930 no Brasil, como serão procurados fazer no subcapítulo 1.2. A classe média no Tenentismo.

operários fez com que fossem “continuamente atirados como peteca – entre a esperança de galgarem a classe dos mais ricos e o medo de serem reduzidos à condição de proletários ou mesmo de indigentes” (MARX, 1996b, p.105-106). Em síntese, entre a esperança de assumirem lugares nos cargos públicos e o receio de despertarem a ira do Governo, que dispõe de seus destinos.

Mesmo que a pequena-burguesia e as classes médias não façam parte das duas principais classes antagônicas, elas se posicionam e almejam alcançar certos espaços no cenário político de uma dada conjuntura do desenvolvimento das forças produtivas. Em suma, apesar da presença de classes e fragmentos de classes diferentes na sociedade capitalista, essas se posicionam de acordo com as classes fundamentais, burguesia e proletariado, ora pendendo para a primeira, ora para a segunda.

Marx e Engels (1998, p.26), aliás, demonstram que a classe média baixa, o pequeno fabricante, o lojista, o artesão e o camponês tendem a se dividir em momentos de crise política acentuada. Parte dela se alia com a classe operária e adota posturas revolucionárias, enquanto outra parte da fração de classe intermediária assume posturas conservadoras em defesa da ordem vigente, se aliando a serviço do capital na busca da conservação da sua posição dentro da divisão do trabalho. Como bem explicitam nesta passagem:

A classe média baixa, o pequeno fabricante, o lojista, o artesão, o camponês, todos estes lutam contra a burguesia para não naufragarem. Eles não são, portanto, revolucionários, mas conservadores. E ainda, são reacionários, pois giram a roda da História para trás. Se, por acaso, são revolucionários, eles o são só por terem em vista sua transferência iminente para o proletariado. Deste modo, defendem não os interesses do presente, mas os do futuro. Deserdam seu ponto de vista em prol daquele do proletariado (MARX & ENGELS, 1998, p. 26).

Até mesmo o lumpemproletariado estaria nesse pêndulo entre as classes fundamentais, podendo se aliar ao proletariado e arrastado por uma revolução proletária. No entanto, suas condições de vida tendem mais ao papel de ferramenta subordinada da intriga reacionária (MARX; ENGELS, 1998, p. 26-27). Com o decorrer do tempo e com o desenvolvimento do capitalismo ocorreu a formação de frações de classes, suscitando com isso uma classe intermediária que desempenhou, aliada com a classe operária, certo papel revolucionário nos momentos de crise política.

Marx (1996b, p.105-106), aliás, completa que sob um governo feudal e monárquico essa classe se volta para o lado do liberalismo. Quando a burguesia está em ascensão, tal classe possui grandes acessos democráticos, embora caia novamente no medo quando o proletariado tenta encetar um movimento independente. Ou seja, o limite da pequena-burguesia é a não equidade com o trabalhador manual (proletariado), pois, o movimento independente deste último compreende uma ameaça aos destinos dos pequeno-burgueses num possível Estado socialista (ditadura do proletariado).

A forma pela qual o *conjunto médio* impõe seus interesses particulares segundo Marx (1978) em *O 18 Brumário* é pelo seu domínio intelectual, por suas habilidades e condição moral superior frente ao operário, pela forma na qual demonstra todo seu poder de persuasão para convencer a classe dominada a defender seus interesses particulares de classe – interesses políticos “ideais” dela, os quais, o autor responde apenas que são interesses políticos particulares. Tão logo, o domínio intelectual e a não equidade com o trabalhador manual na opção de posicionamento ao vislumbrar o futuro sombrio da proletarização, define os conjuntos médios para Marx até aqui. Os interesses particulares dessa classe são: a não equidade com o trabalhador manual (interesse particular) e o apelo superior frente ao operário.

Isto poderia ser explicado na perspectiva da classe média e pequeno-burguesa nos termos de Marx. Tal conjunto médio ocupa um lugar “privilegiado”, uma esfera de atividade de trabalho não manual/improdutivo e se reproduz na medida em que impõe seus interesses particulares de classe ao operário.

As diferentes operações, que o produtor de uma mercadoria executa alternativamente e que vão se incorporando no conjunto de seu processo de trabalho, dele exigem capacidades diversas. Ele precisa mostrar às vezes mais força, às vezes mais habilidade, às vezes mais atenção; ora, o mesmo indivíduo não possui todas essas qualidades em grau idêntico. Quando as diferentes operações são separadas isoladas e tornadas independentes, os operários são distribuídos, classificados e agrupados segundo suas aptidões específicas. Se suas peculiaridades naturais são a base sobre a qual vem implantar-se a divisão do trabalho, desenvolve a manufatura, ao ser introduzida, forças de trabalho que, por sua natureza, só são capazes de certas funções restritas. O trabalhador coletivo possui assim todas as capacidades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e emprega-as ao mesmo tempo, do modo mais econômico, pela aplicação de todos os seus órgãos – individualizados seja em cada um dos trabalhadores, seja em grupo de trabalhadores – em funções bem específicas. Quanto mais incompleto e até imperfeito for o trabalhador parcial, mais será ele perfeito como parte do trabalhador coletivo (MARX, 1980, p.23).

Ou seja, a formação da força de trabalho (criação do trabalhador) necessita da razão inversa de sua qualificação para perpetuar o sobretrabalho (mais-valia) em correspondência aos proprietários dos meios de produção. Tende assim, a aumentar a produtividade do trabalhador coletivo em sua pauperização no exercício de apenas uma função.

A depreciação relativa da força de trabalho, que resulta do desaparecimento ou da diminuição das despesas com aprendizagem, acarreta para o capital aumento imediato da mais-valia; pois tudo que reduz o tempo necessário à reprodução da força de trabalho amplia o domínio do sobretrabalho (MARX, 1980, p.25).

Enquanto a classe média se qualifica mais e, portanto, utiliza disso como merecimento de sua valorização da força de trabalho, Marx e Engels (1998) chegam a dissertar sobre a meritocracia em *O Manifesto Comunista*, a partir da ideia de conversão do mérito pessoal em valor de troca, algo diferente do que era nos modos de produção não capitalistas (1998, p.13). Dessa maneira, o mérito também se tornaria uma mercadoria que, assim como o trabalho humano, poderia valorizar e desvalorizar-se conforme as mudanças na divisão social do trabalho. Temos então, já gestada a possibilidade no início do capitalismo descrito pelos autores da complexificação do mérito como produto desse modo de produção.

Com as diferentes funções do trabalhador coletivo mais ou menos complexas, a manufatura desenvolve uma hierarquia das forças produtivas à qual corresponde a uma hierarquia de salários. Se por um lado, o trabalhador individual fica inserido em uma função específica, por outro, as funções dessa hierarquia são apropriadas pelas capacidades naturais ou adquiridas (MARX, 1980, p.24). Aproveitando-se da capacidade do trabalho que é de ordem individual, natural e/ou adquirida temos a divisão social mediante as capacidades naturais ou adquiridas que se tornam funções exclusivas, o saber ou a habilidade do produtor tem valor na troca de sua força de trabalho (MARX, 1980).

De acordo com Marx e Engels (2006, p.57) a divisão do trabalho tem início no ato sexual, compreendido aqui como a divisão do trabalho entre os sexos, depois se desenvolve por si própria “naturalmente” como por disposições naturais, força física, necessidades, acasos, etc. Entretanto, os autores alertam que ainda assim, a divisão do trabalho não se efetiva nesses momentos descritos.

A divisão do trabalho só vai efetivamente se tornar divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e espiritual. A partir daí, a consciência pode efetivamente imaginar ser algo distinto da consciência da práxis existente, que ela representa de fato algo sem representar algo real; desde então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc., “puras”. Todavia, ainda que essa teoria, essa teologia, essa filosofia e essa moral e etc., entrem em contradição com as relações existentes, isso só é possível ocorrer porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes; [...] (MARX; ENGELS, 2006, p. 57-58).

Por isso, a relevância de se abordar a divisão do trabalho material e espiritual em Marx e Engels (2006), pois para eles isto é o início da consciência desconectada da práxis. E o que conectaria a consciência espiritual se não as próprias relações sociais existentes, ou seja, a matéria daqueles que a concebem?

A divisão do trabalho e a propriedade privada são idênticas porque na primeira se enuncia a relação à atividade e a segunda o produto dessa atividade, significa, no entanto, o poder de dispor da força de trabalho de outrem. O segundo pressuposto dependeria do primeiro, uma vez satisfeita as necessidades mínimas de existência por meio de um instrumento de produção (MARX; ENGELS, 2006, p.59).

Além do mais, com a divisão do trabalho ocorre ao mesmo tempo a contradição entre o interesse individual ou da família isolada e o interesse coletivo da totalidade dos indivíduos que se relacionam entre si; e esse interesse coletivo não existe apenas na representação, como interesse geral, mas se apresenta, antes de tudo, na realidade concreta, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido. Por fim, a divisão do trabalho nos apresenta, desde logo, o primeiro exemplo do seguinte fato: enquanto os homens se mantêm na sociedade natural, enquanto, pois existe cisão entre o interesse particular e o interesse comum, e enquanto, por conseguinte, a atividade também não é dividida de modo voluntário, mas naturalmente, a própria ação do homem torna para ele uma força estranha a ele próprio, que o subjuga e a ele se opõe, em vez de ser por ele dominada. Por isso, desde o momento em que o trabalho começa a ser dividido, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e aí permanecerá caso não queira perder seus meios de sobrevivência[...] (MARX, 1980, p.59).

Desse modo, o lugar de uma classe tende a se reproduzir na própria classe. O operário por ocupar uma posição inferior no trabalho manual, acaba por reproduzir a sua “prole”, ou seja, na sua nova geração a classe a que pertence – classe dominada. Isto é, o lugar ocupado na divisão do trabalho repercute na posição da classe frente a outras classes, o que não difere da classe média.

Tal pai, tal filho. A evolução das condições de vida de uma classe proletária numerosa, forte, coesa e inteligente anda de mãos dadas com o progresso

das condições de vida de uma classe média numerosa, rica, coesa e poderosa o movimento da classe operária em si nunca é independente, nunca é de índole exclusivamente proletária, até que todas as facções da classe média e, especialmente, sua ala mais progressista, que é a dos grandes industriais, conquiste o poder político e remodele o Estado segundo a sua vontade (MARX, 1996b, p.106).

Por isso, o receio de Marx na ocupação do movimento operário pelas classes médias, ou mais especificamente da pequena burguesia, como na crítica a Proudhon em *A Miséria da Filosofia* (1985) e ao socialismo pequeno burguês em *O Manifesto Comunista* (1998) que tende a reformar o capitalismo e garantir acessos democráticos para conservar o capitalismo e garantir níveis satisfatórios para a classe média e não para o proletariado.

1.2. A CLASSE MÉDIA NO TENENTISMO (1930)

A classe média, que também podemos designar como setores médios, inclui os militares e a pequena-burguesia. Ela teve relevante papel político na história do capitalismo brasileiro, principalmente na implementação e desenvolvimento deste sistema nos períodos da Abolição da Escravatura (1988), Assembleia Constituinte (1889), Tenentismo (1930) e posteriormente na Ditadura Militar (1964) (SAES, 1985).

Segundo Zimbarg (2001, p.37) o tenentismo representou não todos os militares e sim o grupo mais ativo que eram os oficiais de baixa patente (tenentes, capitães e aspirantes), por isso a designação de tenentes para àqueles que aderiram as conspirações e revoltas dos anos 1920.

É importante ressaltar que nos primeiros anos, o PCB era composto por intelectuais de origem pequeno-burguesa, operários da pequena indústria, empregados de comércio e artesãos. Era um partido pequeno, constituído por pequenos grupos de agitação e propaganda, ainda que se orientasse por uma linha política determinada e coerente (SODRÉ, 1984, p.79). Entre 1929 e 1930 o Partido passa por uma luta complexa de profundas consequências para a vida do Brasil. Segundo Sodré (1984, p.79), enquanto buscava unir a classe operária no movimento sindical criando a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), buscava alianças para enfrentar tais lutas: com as forças ligadas ao Tenentismo (componente militar de agitação pequeno-burguesa), e com as forças ligadas às organizações partidárias tradicionais ou novas agremiações.

Os militares não confiavam nos políticos, e estes temiam os militares. Quando da campanha presidencial, aproximaram-se, vencendo resistências. Após as eleições, distanciaram-se porque a maior parte das forças políticas preferiu recompor-se com o poder. Voltaram a entender-se, quando a crise política se agravou, surgindo inclusive, luta armada no Nordeste (SODRÉ, 1984, p.80).

Para Sodré (1984, p.71), mesmo com Astrojildo Pereira na direção do PCB, acreditava-se que a pequena-burguesia se transformaria em classe radical com a ajuda da dialética marxista, que através das orientações marxistas-leninistas dirigia-se no plano social contra o imperialismo. Supunha assim, que a pequena-burguesia entrava num período de rompimento com a burguesia liberal e aliança com o proletariado. O que para o autor é uma superestimação do papel da pequena-burguesia nessa etapa. “A correta premissa da necessidade de aliança com o Tenentismo e de aproximação de um momento de crise não resultava sempre em conclusões acertadas para a tática adotada” (SODRÉ, 1984, p.71). Portanto, vê-se uma real aliança da classe operária com a pequena-burguesia dos “tenentes”.

De acordo Saes (2001), exemplos do fracionamento da classe média não faltam e a divisão no interior do movimento Tenentista com Getúlio Vargas é um exemplo disso. Parte dos tenentes buscavam por meio de um movimento radical de massas mudanças profundas na sociedade brasileira, diante da qual contrariavam os interesses das oligarquias da época. Devido a isso, não mantiveram a aliança com Vargas, que demonstrava ter pouco compromisso com as propostas de rompimento radical com as oligarquias. Outro exemplo de fracionamento do movimento tenentista é dado por Zimbarg:

É incerto quando as preocupações dos “tenentes” passaram de questões corporativas para a pregação revolucionária; o mais provável é que tal coisa tenha acontecido gradativamente e essa migração causou rompimentos entre os “tenentes”, sendo que alguns assumiram posturas extremamente conservadoras, como Juarez Távora ou Felinto Müller, enquanto que outros aderiram ao comunismo; porém, a grande maioria participou ativamente da Revolução de 1930, alguns assumindo cargos de responsabilidade no governo Vargas e adotando um discurso político reformista, caso de João Alberto, Miguel Costa (que aderiu à ANL em 1935), entre outros; outros se desiludiram dos rumos da Revolução de 30 e aderiram posteriormente ao Partido Comunista, como Trifino Correia e Dinarco Reis (ZIMBARG, 2001, p.38).

Também, houve a divisão do movimento tenentista quando Luís Carlos Prestes entrou para os quadros do PCB, dividindo mais uma vez o setor médio dos militares. Situação necessária para que alguns ex-combatentes da Coluna Prestes se

alinhassem novamente com o governo de Vargas, sob a promessa de cumprimento de parte das propostas dos tenentes. Contudo, nesse período histórico já se consegue comprovar o acerto da tese de Saes (1981), que analisa a classe média desse período como um grupo heterogêneo que não agiu de maneira unitária. Pois, se agisse assim, o que explicaria a grande participação da classe média no movimento comunista do início do século XX no Brasil, ao mesmo tempo em que participaram e apoiaram em parte o tenentismo?

Entretanto, o que uniria os tenentes na luta comum? Para Zimbarg (2001, p.38) era um intuito corporativo: a defesa da honra da instituição militar. E não podemos perder de vista que apesar da sua luta genérica em torno da moralização da política, do voto secreto e etc, sua luta principal era a derrubada da oligarquia rural. Desta forma, uma análise mais detida da classe média desse período poderia oferecer pressupostos analíticos para a compreensão de alguns rachas pelos quais passaram o PCB. Como procuraremos demonstrar no decorrer do texto, na análise da fase “obreirista” do PCB, através da recusa ao “prestismo” e no acolhimento de Luiz Carlos Prestes.

A ação da classe média na cena política do desenvolvimento capitalista brasileiro (oligárquico, populista, autocrático militar) não se deu de forma unitária, enquanto classe homogênea. Se deu de forma fracionária, ora contrariando a um desses estágios de desenvolvimento capitalista, ora convergindo como aliada política e até mesmo base social de apoio⁶.

Para Saes (1985), a classe média teve papel fundamental em três processos fundamentais na mudança de Estado escravista para o burguês: a abolição da escravidão (1888), a proclamação da república (1889) e a Assembleia Constituinte (1890/1891). A classe média foi a força dirigente deste processo pelo fim do escravismo no Brasil, sob o intuito de mudança capitalista, até mesmo porque era o único tipo de Estado que poderia garantir a sua reprodução por meio do aumento da burocracia estatal e aplicação dos princípios meritocráticos para a seleção profissional, enquanto os escravos rurais foram a força motriz neste processo. Entretanto, eles acabaram sendo excluídos logo após a classe média ter dirigido a

⁶ Tese defendida por Décio Saes no livro *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

política estatal do período de transição capitalista.

Algo que evidencia os rachas da classe média, que não se concretiza em bloco político monolítico aliado a classe dominante em momento algum dos períodos políticos citados acima, mas em frações politicamente divididas entre o bloco da classe dominante e o das classes populares (SAES, 1984). O autor deixa claro, assim, seu posicionamento frente aos debates acerca do posicionamento político da classe média no decorrer da história política brasileira.

Como, por exemplo, a unidade política da classe média enfrentaria no mínimo a junção de grupos profissionais muito diferentes, como a pequena burguesia tradicional (camponeses, artesãos, pequenos comerciantes) e a nova pequena burguesia (trabalhadores assalariados improdutivos)⁷, enquanto portadores de uma ideologia comum. Embora não houve nenhum desses aspectos no desenvolvimento capitalista dependente do Brasil, estes aspectos caracterizaram o desenvolvimento capitalista Europeu e não poderiam ser correlacionados ao contexto de economia emergente brasileira (SAES, 1984, p.04).

O processo de industrialização capitalista exigiu a expansão do aparelho de serviços urbanos, em que fez nascer junto com as classes antagônicas burguesia industrial e classe operária, outros grupos sociais que se agrupam no setor terciário (setor de serviços), chamados trabalhadores improdutivos.

Por trabalhadores improdutivos entendemos, segundo a tradição marxista, todos cujo trabalho não contribui diretamente à produção de mercadorias. Sua condição de trabalhadores e o fato de eles concederem, muito frequentemente, um sobretabalho aos proprietários do capital, os aproximam da classe operária; mas, ao contrário desta, eles não participam diretamente do processo capitalista de produção de mais-valia. Este corte analítico, empreendido ao nível das relações de produção, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, reagrupa, portanto, num grande conjunto os trabalhadores assalariados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transporte, comunicação) e da administração das empresas industriais, os funcionários do Estado, civis e militares, e os profissionais liberais (SAES, 1984, p. 09).

Nota-se que nem todos os trabalhadores improdutivos compartilham da mesma ideologia e da atuação política. Isso se deve a diversificação das funções

⁷ Para uma crítica a limitação do trabalho produtivo em Nicos Poulantzas, conferir: CAVALCANTE, Sávio M. Nova pequena burguesia “ampliada” e proletariado “reduzido”? Avanços e limites da análise marxista em Nicos Poulantzas. Revista Demarcaciones. [S.l.] 2014. pp.62-85. Disponível em: <https://www.academia.edu/9688622/Nova_pequena_burguesia_ampliada_e_proletariado_reduzido_Avan%C3%A7os_e_limites_da_an%C3%A1lise_marxista_em_Nicos_Poulantzas>(p.64).

improdutivas, além da qualificação e hierarquia dos salários, níveis de consumo e a posição que se ocupa na hierarquia de trabalho. São esses alguns dos fatores preponderantes para que os trabalhadores improdutivos não se vejam enquanto classe (SAES, 1984).

O mesmo não ocorre entre os trabalhadores produtivos. Dada a sua situação de exploração menos fracionada na divisão do trabalho e o contato direto com as contradições na produção de mercadorias, dificulta-se a desorganização da consciência operária que teria no germe da união, as próprias relações de exploração (SAES, 1985).

Ainda segundo Saes (1985) a fragmentação do mundo do trabalho é fundamental para a classe dominante, principalmente na distinção entre trabalho manual e intelectual, separando assim, o conjunto dos trabalhadores por suas funções. Difundiu-se com isso, a hierarquia do trabalho de modo que apagasse a possibilidade de união de todos os trabalhadores contra os proprietários dos meios de produção, algo que não foi capaz de eliminar a consciência operária em todos os trabalhadores. Contudo, a condição não antagônica das funções exercidas pelo trabalhador improdutivo destinaram um maior fracionamento ideológico e político que os demais, ou seja, a solução para a união dos trabalhadores era então a estratificação social em grupos (SAES, 1984).

De acordo com Saes (1984) a distinção entre trabalho manual e intelectual cria grupos médios, que nada mais são que grupos intermediários, situados entre as classes antagônicas no capitalismo (classe burguesa e classe operária). Tais grupos também se distinguem dos operários, constituindo assim, uma consciência média, algo que varia em circunstâncias do desenvolvimento capitalista e das particularidades da estrutura de classes própria a cada sociedade.

A condição média dos trabalhadores classificados na hierarquia de trabalho por não-manuais, não afasta possíveis alianças com a classe operária. Porém, esta aliança não se torna em momento algum fusão de classe, mesmo que sindicatos médios assumam posições políticas operárias. Essas posições têm um limite muito claro no posicionamento político da classe média, que é a recusa ao nivelamento social entre trabalhadores manuais e trabalhadores não-manuais (SAES, 1984).

O temor do nivelamento social também contribuiu à aceitação, pelos trabalhadores “de escritório”, de 1930 aos nossos dias, de uma legislação sindical que divide o mundo do trabalho mediante a interdição de toda organização “horizontal”; a organização dos trabalhadores por “setor econômico” (indústria, comércio, agricultura, bancos, etc.) e a impossibilidade legal de uma confederação geral dos trabalhadores isolam a classe operária das outras categorias de trabalhadores e situam a luta sindical num contexto muito favorável à classe dominante. Esta consagração legal da hierarquia do trabalho é, ao mesmo tempo, o instrumento e o resultado da fragmentação do mundo do trabalho; expõe a classe operária aos olhos dos “não-manuais” como uma classe “à parte”. A aceitação implícita pelos trabalhadores “de escritório” de uma estrutura sindical segmentada aparece como a expressão do corte, particularmente profundo na sociedade brasileira, entre “trabalho manual” e o “trabalho não-manual” (SAES, 1985, p.16).

Neste exemplo, Saes (1985) acaba por nos revelar um conceito de ação política da classe média que em último caso opta pela não equidade de situação econômica com o trabalhador manual. Essa luta política e também ideológica, acompanha o desenvolvimento capitalista que no Brasil é evidenciado com a tensão em torno de uma estrutura de sindicato fragmentada por setores econômicos.

As orientações políticas dos grupos médios, portanto, sempre estão em relação com a evolução da política burguesa e da política operária. Dito de outra maneira, a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, do modo pelo qual se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária, de seus problemas e de suas tensões (SAES, 1985, p. 18).

Saes (1985), ao se referir que o posicionamento político da classe média se relaciona à conjuntura evolutiva da política burguesa e prática política operária, assume que é possível situar a classe média apesar de sua tendência a oscilação entre as classes fundamentais. Mesmo que para Marx e Engels (1998) a classe média luta para não se afundar no proletariado.

Tão logo, como situar essa classe denominada por Marx e Engels como oscilante? Saes (1984, p.20) oferece uma resposta para o impasse do posicionamento da classe média marxiana, o que o autor designa por *situação de trabalho* e compreende como o conjunto de elementos capazes de introduzir diferenciações ideológicas no mundo dos trabalhadores “não-manuais”: relações de trabalho (posição diante dos agentes das decisões e dos “manuais”), forma de remuneração (sobretudo proximidade ou distância em relação aos salários dos operários) e nível de formação necessária (primário, secundário, técnico, universitário). As diferentes articulações destes elementos criam uma *situação de trabalho* particular, capaz de engendrar uma

disposição ideológica específica. Entretanto, esta disposição só se concretiza em contato com uma conjuntura política cujo aspecto é determinado pelo estado da oposição entre as classes. Em outras palavras, a conjuntura política reflete-se de maneira específica em cada grupo médio em função de sua *situação de trabalho*.

Em cada conjuntura política, os grupos médios se dispersam “à direita” e “à esquerda” sem chegar necessariamente a encontrar sua unidade e formar assim uma classe. Porém, formam-se setores, segundo diferenciações registradas no nível da “situação de trabalho” perante o alinhamento com a burguesia ou com o proletariado. Algo que também não retira a possibilidade de rachas internos entre os setores médios sob o mesmo apoio a uma das classes antagônicas do capitalismo, no caso da burguesia, apoiam certas frações burguesas diferentes e concorrentes no bloco no poder do Estado.

1.3. OS INTELECTUAIS COMUNISTAS NO BRASIL DAS DÉCADAS DE 1920-1930

Em vários países do mundo, os intelectuais tiveram papel relevante na difusão das ideias comunistas, no Brasil não foi diferente, Octávio Brandão foi o primeiro a tentar fazer uma análise marxista da formação social brasileira na obra *Agrarismo e Industrialismo* em 1924, sendo ele, também responsável pela fundação do PCB.

As condições e aspirações que explicam como e porque surgiu o partido comunista no Brasil são, em grande parte, semelhantes às que prevalecem em outros países nos períodos em que se formaram partidos comunistas: a incipiente industrialização e de uma classe operária industrial serão descritos e os movimentos e ideologias radicais precursoras serão identificados e analisados em relação aos principais movimentos de protesto no período entre 1848 e 1917. Em seguida, será preciso analisar também a atividade organizatória de grupos de militantes radicais, já que isto culminou no surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 (CHILCOTE, 1982, p. 39).

Gramsci compreende por intelectuais;

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...] (GRAMSCI, 1982, p.03).

Com isso, cada classe social formaria um grupo de intelectuais que defenderia a dominação de uma classe social sobre outras, assim, pontua Gramsci (1982, p.03-04) que os técnicos da indústria seriam intelectuais favoráveis ao capitalismo, no entanto, eles não são vistos socialmente como intelectuais. O autor argumenta que

não existe um trabalho estritamente manual ou intelectual apesar dos trabalhadores se caracterizarem pelo trabalho manual em determinadas condições e relações sociais:

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais (GRAMSCI, 1982, p.07).

Nesse sentido, o trabalhador manual para Gramsci também exerce um trabalho intelectual. “Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, p.07). O que faz indagar se todos são vistos socialmente como intelectuais. Algo que é respondido por Poulantzas “Direi, quanto a mim, que todos os trabalhadores comportam atividades intelectuais; mas nem todos os trabalhos se situam, na divisão político-ideológica trabalho manual/trabalho intelectual, do lado do trabalho intelectual” (POULANTZAS, 1978, p. 276).

Assim, não se referindo a intelectuais enquanto categoria social (elaboradores de ideologia de classe) Poulantzas (1978, p.273) situa os trabalhadores intelectuais do lado do trabalho intelectual, ou seja, trabalhos direta ou indiretamente impregnados por este, que são valorizados em relação à classe operária na exclusão desses últimos do *monopólio do saber*⁸.

Segundo Poulantzas (1978, p.277) trabalhadores intelectuais são aqueles que supõem deter o trabalho intelectual nas relações políticas e ideológicas da divisão trabalho intelectual/manual à qual é legitimada em relação ao saber efetivo na desvalorização do trabalho manual.

Além disso, para Saes (1985b, p.178) os intelectuais são membros de categorias profissionais como a dos filósofos, economistas políticos, cientistas sociais, historiadores, geógrafos humanos e juristas. Estes se dedicam a decifram o mundo, embora seja importante frisar que nem todos os intelectuais sejam de esquerda,

⁸ É a forma de apropriação capitalista dos conhecimentos científicos e da reprodução das relações de *dominação-subordinação*, excluindo os subordinados do conhecimento científico (classe operária). Consiste na exclusão do saber do trabalhador direto e legitimação do trabalho intelectual, este último é o *portador* da reprodução ideológica no seio do processo de produção material da divisão trabalho intelectual/trabalho manual. POULANTZAS (1978, p.256-258).

podendo assim aderir tendências políticas diferentes desde a direita e esquerda a até reacionários como aponta Saes (1985b, p.178).

No entanto, apesar dessa heterogeneidade ideológica do intelectual, este não pode ultrapassar certo limite, até mesmo na defesa do socialismo, defendem para Saes (1985b, p.178), a divisão trabalho intelectual e trabalho manual, pois dela dependem diretamente para se sobressaírem ao trabalhador manual, ou seja, trabalhador que está ao lado do trabalho intelectual na divisão do trabalho, já que se fossem contra, estariam em contradição com sua própria sobrevivência enquanto grupo. Efeito disso é a defesa de um socialismo de intelectuais que não passa de um capitalismo de Estado, defendendo os seus próprios privilégios, isto é, o “monopólio” do esforço cerebral, o qual como indica Gramsci, eles nunca tiveram.

Para Chilcote (1982) houve similitudes com outros países que também passaram pela formação de partidos comunistas como no caso da Rússia, país atrasado, agrário e semifeudal antes da criação de seu partido comunista e da Revolução Russa de 1917. O autor também relata o movimento e as ideologias radicais que são precursoras na formação do partido comunista.

O período de rápida industrialização coincidiu assim – na verdade originou – com sérios deslocamentos dentro da sociedade brasileira. A indústria não atraiu somente imigrantes da Europa mas também um grande número de migrantes da área rural, especialmente os escravos recém-libertos. As cidades começaram a crescer rapidamente e se expandiram a burocracia pública e a privada, estimulando o crescimento das classes médias urbanas. Um efeito impressionante destes deslocamentos sociais foi o de produzir uma classe relativamente grande de moradores nas grandes cidades – principalmente trabalhadores e intelectuais – com vínculos muito frágeis com a ordem estabelecida. Estes indivíduos *déclassés*, desvinculados da ordem oligárquica dominante e hostis a ela, viriam a ser os principais impulsionadores dos movimentos radicais (CHILCOTE, 1982, p.44).

A classe média junto com os trabalhadores urbanos desvinculados da ordem oligárquica, segundo Chilcote (1982) foram os principais impulsionadores dos movimentos radicais no Brasil, pode-se dizer conquanto a isso que no Brasil o forte movimento operário anarquista do começo do século XX auxiliou a formar a base dos primeiros integrantes do PCB, tal como, a expansão desse partido com a ideologia radical dentro do movimento tenentista, principalmente na figura do lendário Luiz Carlos Prestes quando se alia ao partido em 1934.

Saes (1984, p.16) nos auxilia na compreensão desse período das classes

médias urbanas *déclassés*. Na qual, esses segmentos médios buscavam o rompimento com a oligarquia por não valorizar o trabalho não manual desses (tido como intelectual), bem como qualquer outro trabalho. Assim, a classe média não poderia, portanto, apoiar a classe dominante que se contrapunha ao desenvolvimento da burocracia urbana e dos princípios meritocráticos para a seleção de quadros no aparelho burocrático do Estado.

Os momentos de divisão descritos no decorrer do texto entre os tidos como intelectuais e os operários no PCB, são descritos em três momentos: “obreirismo”, crítica ao “prestismo” e acolhimento de Prestes.

A fase “obreirista” do PCB durou de 1929 a 1934 e consistiu na expulsão dos intelectuais dos quadros do partido e pela substituição por operários nos cargos do comitê central do partido.

Essa fase foi um efeito local da consolidação da vitória da fração stalinista no 6º Congresso da Internacional Comunista em julho de 1928 que promoveu um giro sectário na política de classe contra classe que consistia na luta contra os grandes partidos socialdemocratas e o fascismo (BIANCHI, 2015).

A fração stalinista entendia que nos países aonde existiam fortes partidos socialdemocratas, o fascismo assumiria a forma particular de social-fascismo e esse era o principal inimigo dos comunistas e do movimento operário, sobretudo nas suas vertentes de esquerda de caráter fascista, cujo efeito seria o maior obstáculo do crescimento das atividades de massa dos trabalhadores por parte dos comunistas.

Tão logo, essa ideia de “proletarização” dos partidos comunistas influenciou a organização do PCB no que foi chamado de fase “obreirista”. Segundo Bianchi (2015) o jornal *La Correspondencia Sudamericana* já em setembro de 1929 publicava uma carta aberta na qual denunciava os perigos da direita e criticava a política do BOC (Bloco Operário e Camponês) entre os comunistas sulamericanos:

Para aplicar as novas diretrizes na América Latina realizou-se em Buenos Aires, nos meses de abril e maio de 1930, uma reunião do Secretariado Sul Americano, chefiado pelo lituano August Guralsky, cujo sugestivo era Rústico. Participavam da reunião os brasileiros Astrojildo Pereira, Octavio Brandão, Plínio Mello e Aristides Lobo. O Secretariado rotulou a política eleitoral do PCB e o Bloco Operário e Camponês como direitista, acoassando a direção dos comunistas brasileiros (BIANCHI, 2015, p.02).

Houve reação por parte do intelectual Leôncio Basbaum que reuniu demais militantes para voltar a ocupar o Comitê Central. Como é demonstrado nesse trecho:

A sessão plenária do CC do PCB, realizada em janeiro de 1932 aprofundou o curso obreirista do partido. Leôncio Basbaum, que na época era o secretário-geral da regional São Paulo opôs-se a Fernando de Lacerda sobre a questão sindical e sobre o papel dos intelectuais no PCB. Ele e sua esposa Ercina reagiram fortemente à oposição e propuseram que os intelectuais não tivessem direito a voto no partido. A proposta foi aprovada, mas a seguir, a esposa do médico argumentou que “ajudava o marido, costurava suas camisas e tinha um avô que fora camponês”. Com esses pretextos, Ercina foi promovida a operária e passou a votar nas reuniões (DULLES, 1977, p. 395, apud BIANCHI, 2015, p.06).

A aplicação das novas diretrizes foi imediata, segundo Bianchi (2015) após a destituição de Astrojildo Pereira em janeiro de 1931, passaram pelo cargo de secretário geral do partido 6 militantes em menos de 24 meses.

Em 1932 a fase obreirista chegava a seu auge proibindo os intelectuais do direito a voto e expulsando Astrojildo Pereira do partido sob a alegação de que após a política de proletarização do PCB esse não se sentiu mais com ânimo de ‘ator da história’, segundo Brado (1932, p.04, apud BIANCHI, 2015, p.07-08). Tanto essa, como outras expulsões e ações da fase obreirista ficava no âmbito das especulações e nada até hoje fora comprovado para justificar tais ações.

Sob controle burocrático do Secretariado Sul Americano sequer a “proletarização” durou. Quando a Internacional deu sua guinada definitiva na questão brasileira e resolveu acolher Luis Carlos Prestes em suas fileiras, apesar das resistências oferecidas pela ala obreirista do PCB, esta foi destruída. Em junho de 1934, o ex-sargento Antonio Maciel Bonfim, o Miranda, um dos protagonistas da reunião armada para liquidar Basbaum, foi eleito para a secretaria-geral. Pouco restou dos antigos operários na direção e o discurso sobre a proletarização logo foi uma página virada. Juntamente com Bonfim foram eleitos o professor Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, o filho de usineiro Honório de Freitas Guimarães, dito Martins, e Adelino Deicola dos Santos, o Tampinha (RODRIGUES, 1996, p. 378, apud BIANCHI, 2015 p.10).

Segundo Bianchi (2015, p.10) após a fase obreirista no PCB, “os tenentes encontraram a via desimpedida para assumir o comando do PCB. O “núcleo proletário” já havia sido liquidado, assim como, toda a possibilidade de resistência por parte dos intelectuais do partido”.

Não existem muitos dados sobre esse período, inclusive alguns autores o ignoram como Chilcote. Porém, é possível fazer algumas relações com outros eventos, tais como o prestismo e o acolhimento de Luis Carlos Prestes. Esse de início

se mostrou contrário a se candidatar pelo PCB por achar as propostas a serem adotadas pelo partido muito extremadas, depois de fazer parte da Aliança Nacional Libertadora, ele vai para a União Soviética estudar por quatro anos e quando volta é recebido de braços abertos pelo partido.

O PCB já tentara convidá-lo a fazer parte dos quadros a se candidatar pelo partido em 1927 e fazer uma aliança com a pequena-burguesia. Mas os primeiros militantes do partido divergiram da candidatura de Prestes por criticarem a aliança deste com a pequena burguesia da época, chamando o movimento pela candidatura de Prestes de prestismo ao denunciarem tal aliança. Enquanto, o próprio Prestes acusava esses de “capachos” do imperialismo inglês e americano, também sem muitas provas.

Bianchi (2015, p.10) sustenta a tese na qual a fase obreirista seria um período de desimpedimento para os tenentes assumirem o comando do PCB, ou seja, uma tática política de eliminar os “intelectuais” que se opunham a Prestes e aos tenentes. E que é explicado pelo fato de os operários terem ficado pouco tempo no comando do partido e se quer se mantiveram, sendo substituídos logo após pelos tenentes.

Havia no final da década de 1920 uma real ameaça para os partidos comunistas devido à grande influência exercida pelos partidos socialdemocratas no movimento operário de massas e na agitação revolucionária da época, sobretudo como foi descrito nas *Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semicolônias do VI Congresso da Internacional Comunista* de 1928 ao pautar alianças curtas e estratégicas com esses setores.

Contudo, o documento alertava sobre os partidos pequeno burgueses serem possíveis aliados dos fascistas e braço de apoio das burguesias nacionais para fazer sua revolução, já que em alguns países ainda viviam sobre o domínio colonial ou semicolonial que atravancavam o desenvolvimento industrial. Tal direção incluía o Brasil que dependia da exportação de matéria prima e produtos do campo para os países centrais e possuía uma indústria incipiente.

A direção para os partidos de países coloniais e semicolônias era de que se inserissem nos sindicatos controlados pelos socialdemocratas e que ocupassem os seus comitês centrais de operários ou substituíssem os intelectuais por operários com o passar do tempo.

Os partidos comunistas nos países coloniais e semi-coloniais devem fazer todos os esforços para criarem funcionários de partido vindos das fileiras da própria classe operária, devem utilizar os intelectuais no partido como diretores de propaganda e das escolas do partido legais e ilegais, devem treinar os trabalhadores mais avançados como agitadores, propagandistas, organizadores e líderes educados no espírito do Leninismo. Os partidos comunistas nos países coloniais devem também tornar-se verdadeiros partidos comunistas no que toca à sua composição social. Ao mesmo tempo que conduzem às suas fileiras os melhores elementos da intelectualidade revolucionária forjados na luta diária e nas grandes batalhas revolucionárias, os partidos comunistas devem dar a maior atenção ao fortalecimento da organização do partido nas fábricas e nas minas, entre os trabalhadores dos transportes e entre os semi-escravos das plantações (CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 6º: *Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semi-coloniais*, p.14)

Neste trecho as teses dão a direção no sentido de qual ocupação deve ser exercida pelos intelectuais do partido, não de que esses devam ser expulsos em favorecimento da “proletarização”. Mas sim, em uma mudança da utilização dos intelectuais no cumprimento de funções de propaganda e formação dos trabalhadores para agitação, organização e liderança política em decorrência dos cargos ocupados na direção do partido.

Os intelectuais descritos nas teses não eram necessariamente os intelectuais dos dias atuais. No entanto, eram pessoas que ocupavam cargos de trabalho não-manual ou escreviam artigos e livros por pura curiosidade acadêmica e com o intuito de analisar a realidade política local, como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.

No Brasil eram gráficos, jornalistas e farmacêuticos, os tidos como intelectuais. Haja vista, que esses não estavam em contato direto com a expropriação da mais-valia e que não eram vistos como operários. E até mesmo pôr não ocupar esses cargos não poderiam estar no interior de sindicatos de operários com poder de influência de massas.

Uma compreensão incorreta do carácter básico do partido da grande burguesia nacional dá origem ao perigo de uma compreensão incorreta do carácter e do papel dos partidos pequeno-burgueses. O desenvolvimento destes partidos segue um curso que vai de uma posição nacional-revolucionária até uma posição nacional-reformista. Mesmo movimentos tais como o Sun Yat-senismo na China, o Gandhismo na Índia e o Sarekat Islâmico na Indonésia surgiram a partir de movimentos ideológicos radicais de tipo pequeno-burguês que se converteram mais tarde em defensores da grande burguesia e dos movimentos nacional-reformistas (CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 6º: *Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semi-coloniais*, p.13).

Dito isso, compreende-se um pouco o contexto da época das teses do 6º Comintern⁹ na qual dava direções no sentido dos perigos da pequena-burguesia se degenerar ao converterem em apoiadores da grande burguesia com possibilidade de frustrar os planos da revolução socialista e dos ganhos do movimento operário.

Buscava-se por meio do sectarismo certo afastamento das funções principais dos intelectuais, no receio desses utilizarem o partido comunista para influenciá-lo depois de feita a Revolução Nacional, compreendida aqui como a liberdade das colônias e semi-colônias da intervenção imperialista sob o apoio de parte da burguesia nacional.

É importante ressaltar que o conceito marxista de pequena burguesia, no que atualmente compreende-se como classe média ou setores médios da sociedade, é aplicado aqui com algumas precauções na utilização desses conceitos em épocas e contextos diferentes das quais foram formulados. Identifica-se, entretanto, em linhas gerais acerca do problema de ambos os fragmentos de classes, no que tange seu conservadorismo frente à classe operária, ou seja, a não equidade com o trabalhador manual, compreendido aqui como o operário fabril.

Partindo do pressuposto marxista de quê, a pequena burguesia, a classe média ou setores médios da sociedade em última instância apoiam a burguesia e suas políticas; e numa leitura mecanicista das teses do 6º Comintern que foi escrita num contexto de tomada de precauções frente ao fascismo e a socialdemocracia com o receio, como já dito no decorrer do texto, de ambos suprimirem a luta revolucionária dos operários. Podemos concluir que foram tomadas certas medidas drásticas e até prejudiciais para o movimento comunista brasileiro da década de 1920-1930.

Principalmente no Brasil, ao excluir os tidos intelectuais do partido ao ocupar o lugar desses com operários geralmente despreparados no comunismo, com o intuito de ter maior inserção nos sindicatos e nas massas, o que acabou por não ter grandes efeitos práticos.

A exclusão dos intelectuais no Brasil primeiramente foi fruto de uma crítica do secretariado sul americano chamando as políticas do PCB no Bloco Operário e Camponês (BOC) e a aliança com a pequena burguesia nas eleições de direitista, e

⁹ Comintern refere-se A internacional Comunista e advém do inglês *Communist International* ou do alemão *Kommunistische Internationale* (Komintern).

após isso seguindo acriticamente as direções do secretariado e do comitê executivo da internacional comunista, Astrojildo Pereira tratou de excluir os intelectuais do partido o que não o livrou de ser excluído também posteriormente.

É importante ressaltar que as teses não indicavam de forma clara que a exclusão dos intelectuais era necessária, mas sim, alertava sobre a precaução nas alianças com partidos da social-democracia, a política de junção de classes entre operários e camponeses e a reorientação das funções por parte dos intelectuais.

A direção do partido seguindo mecanicamente as direções do secretariado e do comitê executivo da internacional comunista excluiu os intelectuais que deveriam ter papel fundamental na política de proletarização, na formação dos operários e propaganda comunista. No intuito de se libertarem da ideologia pequeno-burguesa compreendida aqui como o principal desvio político do PCB em suas alianças e ações.

Contudo, o argumento de a ideologia e a política pequeno-burguesa serem os principais desvios do PCB, oculta a forte oposição dos intelectuais a entrada de Luis Carlos Prestes e parte dos tenentistas no partido, o qual foi relevante para abrir espaço para Prestes ser recebido pelo partido na volta desse ao Brasil e que também culminou no fim da fase obreirista no PCB.

Dessa forma, compreende-se que a ideologia pequeno-burguesa e o pertencimento de classe dos intelectuais, tal como, as direções do 6º Comintern foram utilizados para barrar a oposição a Prestes e não necessariamente seguir uma política de proletarização no partido ou quer seja uma maior participação dos operários com influência nos sindicatos, até mesmo porque essa participação durou pouquíssimo tempo.

Quanto à questão conceitual, as teses do Comintern até seguiram o conceito de pequena-burguesia marxista, mas sob um contexto muito particular que não possibilitava uma leitura complexa da realidade política dessa classe que poderia ser mais bem colocada, não apenas nas teses como também no PCB ao aproveitar o máximo dessa classe para formação, agitação e propaganda comunista frente aos operários. Pelo fato de que a pequena-burguesia quando aliada com o operário, pode torna-se revolucionária; Marx e Engels (1998, p.26).

As teorias marxistas sobre a classes sociais¹⁰ dão pressupostos analíticos relevantes para o período exposto nas décadas de 1920-1930, no que tange a análise do posicionamento político relativo dos setores médios entre a burguesia e o operariado e que em última instância optam por apoiarem as classes dominantes. O que proporciona compreender melhor os movimentos entre a direita e a esquerda, e esquerda radical pelos quais passaram os setores médios brasileiros.

CONCLUSÃO

O erro crucial ao adotar as medidas de proletarização no PCB foi reduzi-las ao que Poulantzas designa como determinação estrutural de classe, reduzindo essa, consecutivamente à sua posição de classe, no caso da pequena-burguesia, aqui entendida como os intelectuais do partido na época de 1920-1930, quando esses foram acusados de direitistas por formarem alianças com a burguesia nacional. “A determinação estrutural de classe refere-se desde já à luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições políticas de classes na conjuntura” (POULANTZAS, 1978, p.16).

Entretanto, Poulantzas alerta que a pequena-burguesia, bem como outras classes que não a classe operária, pode em certas conjunturas concretas assumir posições de classe operária. Embora, não se tenha levado em consideração por parte do PCB e do secretariado Sulamericano, a conjuntura objetiva da época em que o país vivia, sob a transição da oligarquia rural para o capitalismo “monopolista” industrial¹¹ e as potencialidades de uma possível aliança com os intelectuais da época como frações de classe possivelmente favoráveis a um posicionamento operário naquela dada conjuntura.

Em momento algum foi demonstrado objetivamente, ao menos no que se refere à expulsão dos intelectuais, que esses assumiam posicionamentos em favor da burguesia e, portanto, contrárias à classe operária. Foi levada apenas em

¹⁰ Conceito de classes sociais retirado da obra de Nicos Poulantzas e de classe média em Décio Saes.

¹¹ Tal tese da transição direta da economia agroexportadora sob o domínio da oligarquia rural para o capitalismo monopolista industrial se encontra no livro *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil* de Décio Saes, no qual, encontra-se na bibliografia.

consideração, a respectiva *determinação estrutural de classe*¹² desses, como posição determinada de classe, enquanto indivíduos fixos em um lugar de classe, quando a conjuntura demonstrava ser favorável para que os intelectuais se posicionassem a favor da classe operária, particularmente os que já estavam dentro do partido.

Assim, por mais que a *situação de trabalho* dos tidos intelectuais do partido fosse diferente dos operários, eles eram farmacêuticos e gráficos na década de 1920-1930, trabalhos não considerados na época como operários, e apesar da conjuntura no receio do 6º Comintern da influência fascista e social-democrata da pequena-burguesia. Entretanto, não havia razão para a exclusão dos quadros tidos como intelectuais.

Conclui-se com isso, que a expulsão dos intelectuais serviu apenas a fins políticos dos quais tendem a se pensar como no retorno de Prestes ao PCB, no entanto, não afirmamos tal tese de que o partido se mobilizaria totalmente entorno de um indivíduo lendário que se destacaria dos demais. E sim que poderia haver uma reconfiguração dos quadros do partido, substituindo-os pelos tenentistas de esquerda que já se demonstravam na década de 1930 ser um grupo relevante politicamente com amplo apoio das massas populares, construído desde a Coluna Prestes e certo descontentamento pelos quadros de então e da política do bloco de aliança operário camponês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, Alvaro. **A “proletarização” do PCB: pequena crônica de um golpe burocrático (1930-1934)**. 2015. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=2777>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

¹² “Pode-se dizer, assim, que uma classe social define-se pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da determinação da estrutura – relações de produção lugares de dominação-subordinação política e ideológica – nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes” (POULANTZAS, 1977, p.14).

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Tradução de Celso Mauro Paciornik.

CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. 6º, 1928, Moscou. **Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semi-coloniais**. Moscou, 1928. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm>. Acesso 10 de maio de 2018.

DEL ROIO, Marcos. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. In: __. **Crítica Marxista**. nº. 18. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MARX, K. A estrutura de classes na Alemanha. In: IANNI, Octavio (org). **Marx: sociologia**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. pp. 102-109.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, K. & ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, K. Infraestrutura e superestrutura. In: IANNI, Octavio (org). **Marx: sociologia**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996b. pp. 82-83.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O capital: crítica à economia política**. São Paulo: Abril cultural, Cap. LII – As Classes. Volume III – Tomo 2. 1983. p.317-318.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kulgelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1889)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Classe média e escola capitalista. In: _____. **Crítica Marxista**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. Tradução de Malu Gitahy.

_____. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Os intelectuais e suas associações. . In: SOARES, M.S.A. **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985b.

SODRÉ, Nélon Werneck. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ZIMBARG, Luis A. **O cidadão armado comunismo e tenentismo (1927-1945)**. Franca, SP: 2001. (dissertação de mestrado). Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93281>>. Acesso 01 de maio de 2019.